

AGRONEGÓCIO: UM PROJETO COMO FORMA DE ALAVANCAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL-REGIONAL VOLTADO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DA 26^a SDR

Reinaldo Knorek*

Resumo: A questão norteadora desta pesquisa é: como que está o *status quo* da realidade do trabalho do pequeno produtor e a sua relação com o ciclo de produção, industrialização e comercialização nos municípios inseridos na 26^a SDR, sublinhando o agronegócio como fator determinante para o desenvolvimento local-regional? Para responder a essa questão, leva-se em consideração o objetivo de promover o desenvolvimento regional por meio do agronegócio. Há a necessidade de fomentar o setor produtivo agropecuário, de instalar e equipar uma unidade agroindustrial de geração de empregos, de incentivar e apoiar os pequenos produtores a agregarem valor em sua produção e, sobretudo, de capacitar os produtores para os seus negócios. Como resultado, a pesquisa fará um diagnóstico sobre os produtos vendidos na região e os que podem ser produzidos, transformados e comercializados pelos pequenos agricultores dos municípios da 26^a SDR.

Palavras-chave: Crescimento endógeno, Agronegócio, Desenvolvimento regional.

Abstract: The guiding question this research is: how is the status quo the reality of the work of the small farmer and his relation to the cycle of production, processing and marketing in the municipalities included in the 26th SDR (Secretariat of Regional Development), underlining the agribusiness as a determining factor for local-regional development? To answer this question, it takes into account the objective of promoting regional development through agribusiness. There is the need to foster the productive agricultural sector, install and equip an agroindustrial unit of employment generation, to encourage and support small producers to add value to their production and, above all, enable producers to their business. As a result, the research will make a diagnosis on products sold in the region and those that can be produced, processed and marketed by small farmers in the municipalities of the 26th SDR.

Keywords: Endogenous growth, Agribusiness, Regional development.

Introdução

As constantes mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento econômico nas últimas décadas caracterizam-se, de certa forma, pela instabilidade e aumento da competitividade dos mercados e, sobretudo, quando se desenvolvem projetos com parcerias para alavancar o crescimento e o desenvolvimento de um determinado território ou região: nesse caso, o território da 26^a SDR.

As atividades agropecuárias, em especial na região do Planalto Norte Catarinense, tem uma realidade de múltiplas dificuldades, tanto no âmbito social quanto no econômico, e, assim, tudo se conjectura na dificuldade da produção, industrialização e comercialização dos produtos produzidos por pequenos agricultores dessa região. Dessa forma, foi desenvolvida essa pesquisa que prevê o desenvolvimento de uma agroindústria nesse território, a qual irá contribuir para suprir a necessidade local dos pequenos agricultores familiares que estão voltados em suas atividades para o desenvolvimento do agronegócio. O fato é que essas famílias de agricultores necessitam desenvolver sua vocação endógena, ou seja, produzir alimentos e agregar valores para se fortalecem. Fortes, eles podem completar o ciclo da

*Universidade do Contestado-Canoinhas, e-mail: professorreinaldo@cni.unc.br.

produção, industrialização e comercialização com seus produtos. Com a aplicação de uma ação conjunta – universidade, prefeituras, MDA, FAPESC - para se estruturar a agroindústria no território da 26ª SDR, de forma organizada desde o início da implantação, bem como a configuração do quadro e número de associados até definir toda a produção de matéria-prima, desenvolvimento dos produtos a serem industrializados e análise de mercado no qual a produção deverá ser comercializada.

Entretanto, o agronegócio para esses agricultores familiares será, com certeza, a grande fonte para o desenvolvimento local e regional. Além do mais, ajudará a evitar o êxodo rural, motivado pela falta de oportunidades.

O papel da agroindústria na economia brasileira

Segundo o relatório “A força da agricultura”, produzido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MDA, 2009), o agronegócio diversificado, moderno e eficiente desenvolvido no Brasil elevou o país à categoria de grande fornecedor mundial de alimentos. A alavancagem no setor de agroenergia, com produção sustentável e de qualidade, conquistou o mercado internacional. O desempenho das safras e da balança comercial se supera a cada ano, destacando-se o ano de 2008, contemplado pelo relatório.

No entanto, em 2009, a crise financeira global puxou o freio desse acelerado desenvolvimento e trouxe apreensões e incertezas quanto ao crédito e ao comportamento dos mercados. Atualmente, o país já é o terceiro exportador de produtos agrícolas, com desempenho expressivo nos últimos anos. Em 2008, as vendas externas do setor agropecuário resultaram em US\$ 71,8 bilhões, 23% a mais do que em 2007, e o agronegócio respondeu por 36,3% das exportações totais do país, esse potencial é sinônimo de liderança. O Brasil é o maior produtor e exportador de café, açúcar, etanol de cana-de-açúcar e suco de laranja, lidera o ranking das vendas externas de carne bovina, carne de frango e tabaco. O país já é o principal polo de biocombustíveis obtidos a partir de cana-de-açúcar, e tem tudo para ser, em breve, destaque mundial na produção de combustíveis a partir de óleos vegetais. O Brasil destaca-se também na exportação de algodão, milho, frutas frescas, cacau, castanhas, couro e suínos, entre outros.

O crédito é o motor da economia e o agronegócio vem se beneficiando com linhas específicas, a taxas de juros controlados, e com medidas emergenciais de suporte para os efeitos da crise financeira mundial. No Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento amplia a oferta de recursos para custeio e comercialização, reduzindo, em parte, os impactos da elevação dos custos de produção. A qualidade, a sanidade e a sustentabilidade ambiental do agronegócio brasileiro conquistaram reconhecimento mundial. Mesmo em épocas de desvantagens cambiais e de crises globais, as vendas externas do Brasil cresceram.

Para Couto Filho (2007), desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, os agricultores familiares brasileiros têm recebido crescente atenção das políticas públicas, essas, diga-se de passagem, construídas com a participação e a legítima representação dos movimentos sociais organizados. Para o autor o setor público deve promover políticas que permitam o crescimento da atividade. De forma resumida, os municípios, o Estado e a União devem oferecer infraestrutura, assistência técnica e extensão, estudos e pesquisas, fiscalização e controle ambiental e, por fim, organizar a comercialização. Não se pode falar de Política Pública sem que sejam tratados outros pontos fundamentais como: a) programas especiais regionalmente localizados; b) desencontros das políticas agrícolas e agrárias; c) falta de uma política específica e substancial de apoio à

agricultura familiar; e d) a política agrícola do MERCOSUL e a sua relação com outras regiões.

Para a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (MDA, 2008), a associação “é uma sociedade civil sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses”. A associação pode existir em vários campos da atividade humana e sua criação deriva de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais, é uma maneira de participar da sociedade. É muito comum que as pessoas se reúnam para alcançar objetivos que, individualmente, seriam bem mais difíceis ou mesmo impossíveis de ser conseguidos. Gradativamente e em diferentes atividades, Organizações Não-Governamentais (ONGs), entidades representativas de categorias profissionais, grupos sociais ou setores produtivos reivindicam sua participação no planejamento. Essa participação é definitiva para direcionar os recursos públicos aos projetos desejados pela maioria da população, bem como fiscalizar sua aplicação. Ao mesmo tempo, o associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência. Com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva da qual todos são beneficiários.

Os pequenos produtores que, normalmente, apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado. Transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária se apresenta como uma alavanca, um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilitam-lhes explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente, conseguir maior retorno financeiro por seu trabalho.

A união dos pequenos produtores em associações torna possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte etc. Tais recursos, quando divididos entre vários associados, tornam-se acessíveis e o produto certamente sai lucrando, pois reúne esforços em benefício comum, bem como o compartilhamento do custo da assistência técnica do agrônomo, do veterinário, de tecnologias e de capacitação profissional. O conceito de associação de produtores rurais é: “uma sociedade formal, criada com o objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertencem”. Enfim, a associação objetiva desenvolver um projeto coletivo de trabalho e defender os interesses dos associados.

Produzir industrializar e comercializar de forma cooperada e reunir esforços para reivindicar melhorias em sua atividade e a comunidade, além de melhorar a qualidade de vida e participar do desenvolvimento de sua região devem ser características das associações rurais que, geralmente, são formadas por grupos de vizinhos que, pela proximidade e conhecimento, se agrupam para discutir problemas comuns. Ao buscarem soluções em conjunto, evoluem para decisões mais definitivas, aperfeiçoando a parceria, inicialmente informal, para uma forma de união organizada e associativa, a partir da qual terão mais chances de sucesso. Para tanto, a participação democrática e a ajuda mútua são os princípios fundamentais, sem os quais as associações perdem sua razão de existir, já que defendem os interesses e anseios da maioria. O mutirão – que antes ocorria como uma ação eventual de colaboração entre amigos – se transforma num método, os membros da associação passam a trabalhar juntos e/ou de forma

complementar, tanto na fase produtiva quanto na comercial. As vantagens das associações que se organizam e garantem um processo participativo, tendo como principal objetivo o permanente interesse do grupo, tendem a prosperar, já que, ao atingirem suas metas, novos horizontes se estabelecem, impulsionando suas atividades.

Abramovay (2006) indica que a visão do desenvolvimento territorial pela ótica do “embeddedness”, ou seja, o enraizamento ou imersão, do qual se revela um recurso analítico adequado para compreender os dois elementos centrais para o sucesso das experiências de desenvolvimento, que são os mecanismos de cooperação entre atores e o papel dos mercados.

A coesão territorial apóia-se em formas de cooperação que correspondem à capacidade de diferentes grupos em oferecer os padrões em torno dos quais a interação social se estabiliza. Os participantes de qualquer mercado procuram, permanentemente, estabilizar suas relações ou, em outras palavras, reduzir ao mínimo os riscos que ocorrem pelo fato de estarem expostos ao sistema de preços. Os protagonistas dos mercados não são fundamentalmente maximizadores de lucro vivendo num mundo atomizado em que as oportunidades são aproveitadas sob a forma de um leilão permanente estabelecido entre participantes anônimos e impessoais (ABRAMOVAY, 2006, p. 32).

De fato, quando se busca o desenvolvimento local-regional, fala-se do território a ser desenvolvido, o qual inspira estudos e discussões sobre as características do mesmo e do enraizamento ou imersão (embeddedness) das atividades econômicas em contextos, espaços ou ambientes sociais marcados pelas fortes relações de proximidade e interconhecimento. Esse deverá ser o papel dos profissionais envolvidos como parceiros para a concretização da agroindústria de transformação da agricultura familiar entre os quais se destacam doutores e mestres da Universidade do Contestado, em especial, o grupo de docentes do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, que pretendem levantar discussões e promover o desenvolvimento local a partir de projetos como o da agroindústria a ser desenvolvida no território da 26^a SDR.

Seguindo as perspectivas culturalistas de Putnam (2000), os estudiosos da sociologia econômica afirmam que as relações entre os atores são socialmente construídas e negociadas, formando estruturas, hierarquias e lutas sociais por poder. Discutir o território rural implica saber que as perspectivas de imersão e as relações econômicas não são simplesmente um conjunto de fatores naturais de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades de cooperação. Certamente, a cooperação entre os líderes dos municípios inseridos neste projeto, a definição dos produtores que farão parte do negócio e o apoio da universidade serão determinantes para o sucesso ou fracasso da agroindústria.

Nesse contexto, devem ocorrer fatores como a inovação tecnológica endógena, que surge como maximização das estruturas a serem montadas em busca dos lucros, o capital humano, ou seja, o estoque de conhecimentos dos agentes econômicos e os arranjos institucionais, incluindo a política governamental e as organizações da sociedade civil. Isso é fundamental no crescimento econômico e contínuo da renda per capita em qualquer sistema econômico. É nesse ponto que se insere o papel fundamental exercido por atores sociais que comandam as políticas de desenvolvimento como o MDA, as SDR e a Universidade do Contestado. Contudo, é aberta a discussão de que na teoria o crescimento endógeno constituiu-se para a legitimidade da endogeização territorial, mas que, a partir de ações concretas com investimentos localizados, o crescimento econômico será visível.

A quebra da monotonia de certas regiões com o aumento da capacidade de produção, industrialização e comercialização, novas diretrizes de fomento, devem ser o objeto de

estratégias específicas a partir dessa ruptura localizada: é do estoque de conhecimento mais as ações a serem desenvolvidas no território que o crescimento endógeno conseguirá se estabelecer de forma sustentável. A forma de cooperação desenvolvida entre as prefeituras, a SDR e a Universidade pode, de certa forma, ser o ponto forte de alavancagem para o desenvolvimento da agroindústria e de forma sustentável.

Na medida em que as economias vão se consolidando, observa-se que tende a ocorrer um processo de interdependência entre setores e territórios com seus segmentos produtivos e, nesse momento, novos padrões passam a ser ditados pelos atores mais dinâmicos da economia. A produção agrícola e pecuária tem como principal objetivo obter lucro ou ganhos quantitativos através de aumento de produção e produtividade. Nessa ideia de cooperação para se desenvolver uma agroindústria da qual muitos farão parte, é evidente que os atores, quando obtiverem lucros agregados em seus produtos, entrarão na dinâmica da economia que é circular a produção e aumentar cada vez mais a produtividade e o ganho de qualidade desses produtos: cooperação e dinâmica de mercado levam ao desenvolvimento.

Neste contexto de produção, dinâmica da economia, inovação e ampliação do leque de produtos produzidos com a agregação de valores à produção in natura, surge na literatura especializada a terminologia de agribusiness ou agronegócio.

Agronegócio abrange a produção agropecuária própria mente dita (produção vegetal, produção animal, e as atividades vinculadas ao extrativismo), as atividades situadas a montante da produção agropecuária (indústria de insumos, máquinas e equipamentos, estrutura de financiamento à produção, instituições de pesquisa) e as atividades situadas à jusante da produção rural (setor de transporte, beneficiamento, armazenamento, estruturas de atacado e varejo incluindo os restaurantes e bares) (ARBAGE, 2006, p. 184).

Todas essas empresas fazem parte do sistema chamado agribusiness ou agronegócio. Desenvolver a partir das experiências dos produtores, cooperação entre municípios e universidade e estruturação do agronegócio é a maneira de consolidar a região de Canoinhas como um território endogenamente agrícola que passa a ser um novo território de agronegócios, com novas empresas e novas formas de crescimento da economia local. Esse é o objetivo de consolidar o agronegócio nos municípios da 26^a SDR, desenvolvendo, equipando e organizando um agronegócio para agricultores familiares, construindo o associativismo e cooperativismo garantirá o desenvolvimento territorial e a sustentabilidade dos mesmos.

A realidade dos municípios que compõem a 26^a SDR

A realidade dos municípios apresentados no relatório do diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina destaca o Mapa da Fome, em que, segundo Borchardt (2003), é apresentada em números a realidade dos municípios da 26^a SDR. O município de Canoinhas possui 51.631 habitantes, dos quais 13.772 vivem no meio rural e 37.904 no meio urbano, dessa população, 12.157 (23,54%) têm renda insuficiente e 27.119 (52,5%) são pobres e a renda per capita é de R\$ 254,27; o IDH do município é 0,781, ocupando a posição 190 no Estado de Santa Catarina.

O município de Bela Vista do Toldo tem 5.721 habitantes, 5.151 vivem no meio rural e 570 no meio urbano, 2.026 (23,54%) têm renda insuficiente e 3.877 são considerados pobres e a renda per capita é de R\$ 123,59; o IDH do município é 0,703, ocupando a posição 288 no Estado de Santa Catarina. O município de Irineópolis, com 9.734 habitantes, tem 6.670 habitantes que vivem no meio rural e 2.964 no meio urbano, desses, 2.415 (24,8%) têm renda insuficiente e 5.043 são considerados pobres e a renda per capita é de R\$ 206,08; o IDH do

município é 0,768, ocupando a posição 224 no Estado de Santa Catarina.

O município de Major Vieira, com 6.906 habitantes, dos quais 4.707 vivem no meio rural e 2.199 no meio urbano, dessa população 2.145 (31,1%) têm renda insuficiente e 4.137 são considerados pobres e a renda per capita é de R\$ 187,43; o IDH do município é 0,753, ocupando a posição 251 no Estado de Santa Catarina. O município de Porto União com 31.858 habitantes, dos quais 5.279 vivem no meio rural e 26.579 no meio urbano, desses, 5.534 (17,4%) têm renda insuficiente e 13.017 (40,9) são considerados pobres e a renda per capita é de R\$ 296,40; o IDH do município é 0,822, ocupando a posição 50 no Estado de Santa Catarina. O município de Três Barras, com 17.124 habitantes, dos quais 2.901 vivem no meio rural e 14.223 no meio urbano, 5.372 (31,4%) têm renda insuficiente e 9.952 (58,1%) são considerados pobres e a renda per capita é de R\$ 205,84; o IDH do município é 0,759, ocupando a posição 240 no Estado de Santa Catarina.

Portanto, esse projeto se justifica como forma de alavancagem para dar início a estruturação de um agronegócio na região, pois, certamente, irá contribuir para o desenvolvimento endógeno da região e, sobretudo, a melhora da qualidade de vida dos pequenos produtores rurais e, também, os indicadores sociais apresentados acima, da região da 26ª SDR, com a melhora da economia local e, contribuindo, assim, para o desenvolvimento regional.

Os objetivos a serem alcançados com o projeto do agronegócio para os municípios da 26ª SDR

Esse projeto beneficiará 30 famílias diretamente por município e 5000 pessoas indiretamente na região da 26ª SDR. De certa maneira essa realidade apresentada nesses números necessariamente precisa ser alterada para mais. O valor financiado pela FAPESC soma um montante de R\$ 128.845,00, dos quais R\$ 32.910,00 se destinam ao custeio da pesquisa e R\$ 96.935,00 é o valor para compra dos equipamentos da agroindústria. Também tendo de contrapartida das prefeituras de Canoinhas, Três Barras, Major Vieira e Bela Vista do Toldo o valor de R\$ 15.000,00. O MDA financiou a construção da sede e está em discussão e acordo um investimento de R\$ 100.000,00 para garantir o início da produção da agroindústria.

O projeto tem por objetivo geral de promover o desenvolvimento local-regional por meio do agronegócio - completando o ciclo produção, industrialização, comercialização - voltado à sustentabilidade e diversificação produtiva da agricultura familiar, fortalecendo, assim, a potencialidade dos arranjos produtivos locais para pequenos produtores inseridos na 26ª SDR. Para que os mesmos sejam atingidos se destacam os objetivos específicos como: fomentar o setor produtivo agropecuário para a agroindústria; instalar uma unidade agroindustrial para ser um instrumento de geração de emprego e renda voltado a novas oportunidades de trabalho da agricultura familiar no âmbito local-regional da 26ª SDR; incentivar e apoiar os pequenos produtores nas atividades de produção, inovação, desenvolvimento científico e tecnológico aliados a gestão, transferência de tecnologias, promoção do capital humano, desenvolvendo a natureza mercadológica, por meio da educação, cultura e treinamento dos pequenos produtores rurais associados à agroindústria; promover a produção, industrialização e comercialização da produção da agricultura familiar de forma sustentável; elaborar um diagnóstico dos produtos comercializados na região 26ª SDR; elaborar um diagnóstico das potencialidades de produção da agricultura familiar na região da 26ª SDR; identificar a capacidade de diversificação da agricultura familiar na região da 26ª SDR; promover a feira livre como canal de comercialização dos produtos produzidos na agroindústria da agricultura familiar na região da 26ª SDR; estimular e capacitar os pequenos produtores rurais para produção associada voltados a agregação de valores dos seus produtos

para a agroindústria; sensibilizar os pequenos produtores rurais de forma para que desenvolvam a consciência organizacional de trabalhos associativista-cooperativista na região 26ª SDR.

Justificativas sobre duas relevâncias: teórica e prática

A relevância teórica desse projeto de pesquisa é o avanço do conhecimento das ciências sociais aplicadas no que se refere ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, aos cursos de Administração de Empresas e Engenharia de Produção, Ciências Sociais. A ampliação das discussões sobre o agronegócio na região e a serem realizadas nesses cursos devem ser estendidas à toda comunidade local-regional sobre o trabalho da agricultura familiar, que é uma das principais soluções para o avanço econômico, tendo por consequência o desenvolvimento local-regional. Os fins práticos, de aplicação, geralmente imediata, dos resultados obtidos para a resolução de problemas da realidade da qual se buscará compreender, por meio da aplicação de um questionário, o status quo da produção, industrialização e comercialização, que envolva o problema do desenvolvimento da produção da agricultura familiar na região da 26ª SDR.

Para a relevância prática volta-se à disseminação das experiências dos pequenos agricultores familiares que tem como contribuição e formulação de novas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio. Com a realidade apresentada pela pesquisa, as famílias de agricultores possam, assim, de fato desenvolver sua vocação endógena em produzir, industrializar e comercializar seus produtos dentro de um agronegócio e que seja sustentável. Com a aplicação das ações sugeridas, pode-se melhorar a relação da agricultura familiar com comunidade local, além do mais, ajudará a evitar o êxodo rural motivado pela falta de oportunidade das pessoas, voltados aos valores de suas vidas, pois, é o futuro e sobrevivência da população dos municípios.

Justifica-se, também, para atualizar dados relacionados ao agronegócio na região nesses municípios, na busca do desenvolvimento sustentável local-regional na região da 26ª SDR. Na prática, argumentar o que pode ser alterado, com a introdução de uma agroindústria que venha a contribuir para o desenvolvimento da região da 26ª SDR, é apresentar os números do mapa do diagnóstico da exclusão social de Santa Catarina, publicado em 2003. Entender que, a partir da individualização da renda, definem-se como pessoas com renda insuficiente para garantir a sua própria alimentação todas aquelas que têm renda menor ou igual do que R\$ 90,00 por mês. Da mesma forma, famílias com renda insuficiente são aquelas cuja renda familiar não alcança este patamar. Já para considerar as pessoas pobres, seguindo a mesma metodologia do IPEA, já referida, a linha de pobreza corresponde ao dobro da linha de indigência, portanto, entendem-se como pessoas pobres todos os que têm renda per capita mensal menor que R\$ 180,00 ou igual. Esse grupo a ser formado para o desenvolvimento da agroindústria esta incluída com a renda insuficiente.

Metodologia desenvolvida para a implantação da agroindústria

Segundo Lakatos e Marconi (1996), a finalidade da atividade científica é a obtenção da verdade, através da comprovação de hipóteses, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica que explica a realidade. Para que isso ocorra de modo adequado, é preciso que se acrescente um método de trabalho, ou seja, um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com mais segurança e economia, permitirão alcançar os objetivos, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do

cientista.

Para que essa pesquisa tenha êxito a metodologia perpassará por fases: a implantação da agroindústria, o diagnóstico dos produtos, a forma de gestão, o treinamento dos associados e a promoção dos canais de comercialização. A seguir, um detalhamento das cinco fases:

- Na primeira fase – será desenvolvido a implantação da parte física estrutural da agroindústria; com a ação de compra de equipamentos; a definição do local da instalação do agronegócio, o modo de fomentar todo o sistema de produção de matéria-prima para a agroindústria.

- Na segunda fase – o desenvolvimento da pesquisa científica, desenvolvendo um diagnóstico dos produtos comercializados no comércio local dos municípios da 26ª SDR. Após o diagnóstico os mesmos serão classificados e identificados como os que podem ser produzidos endogenamente pelos pequenos produtores locais-regionais nos municípios de – Canoinhas, Três Barras, Major Vieira, Bela Vista do Toldo e transformados na agroindústria.

- Na terceira fase – ocorrerá a organização da gestão e do processo da agroindústria – definir o modo de organização da agroindústria e quais serão os participantes. Desenvolver o estatuto de funcionamento e adesão- exclusão dos membros associados. A forma de contrato de compra e venda. Quem será o gestor da agroindústria, forma de gestão. Nessa fase, será definida toda a forma organizacional de funcionamento.

- Na quarta fase – ocorrerá o treinamento dos associados, com cursos direcionados às três fases: produção, industrialização e comercialização. Essa fase deverá ser desenvolvida com profissionais de apoio em cada fase do processo produtivo, da produção à implantação de fomento para garantir a matéria-prima da agroindústria. Na fase da industrialização será desenvolvido cursos sobre conservas em geral, desenvolvimento de novos produtos, gestão da qualidade. Gestão de custos de produção. Marketing comercial. Na fase de comercialização cursos sobre vendas e distribuição.

- Na quinta fase – ocorrerá o desenvolvimento e a promoção dos canais de comercialização. Será desenvolvida uma pesquisa de mercado sobre a implantação de uma feira livre em cada um dos município da região da 26ª SDR. Definição da forma de comercialização. Definição da marca da agroindústria.

Atores: produtores rurais e comerciantes da região da 26ª SDR.

Técnica: questionários e entrevistas semiestruturadas definindo em cada fase uma pesquisa sobre o processo de implantação da agroindústria, uma pesquisa dos produtos a serem produzidos e industrializados, a forma de gestão e inovação da agroindústria, o treinamento dos associados e a promoção dos canais de distribuição e comercialização da produção.

Local: municípios de Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Major Vieira e Três Barras que estão inseridos na região da 26ª SDR.

Os impactos socioeconômicos e ambientais esperados

A principal contribuição dessa pesquisa é o impacto social, já que irá apresentar um diagnóstico da comercialização dos produtos agrícolas produzidos e comercializados na região da 26ª SDR. Os impactos serão avaliados dentro de um modelo baseado na teoria sistêmica dos quais as dimensões ambientais demandam do sistema político, as transformações que demandam das políticas públicas, os inputs que afetam o desenvolvimento da agricultura familiar e os outputs que serão gerados com a agregação de valores aos produtos da região e feedback que as políticas públicas efetivamente produzem como caráter do sistema político de desenvolvimento sustentável.

Pode-se destacar que se espera como impactos: a) o que se espera alcançar com essa

pesquisa é o status quo da realidade da produção da agricultura familiar nos municípios que estão inseridos na região da 26^a SDR; b) obter dados atualizados sobre os produtos comercializados na região; c) analisar o efeito das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar na região; d) saber quais as expectativas do aumento do mercado de mão de obra na industrialização e comercialização dos produtos gerados pela agricultura familiar; e) saber quais as expectativas dessas pessoas permanecerem na produção agrícola na região; f) saber o quanto a produção da agricultura familiar contribui para o desenvolvimento econômico da região; g) gerar novas ideias organizacionais; h) ser um instrumento de geração de emprego e renda voltado a novas oportunidades de trabalho no âmbito local-regional da 26^a SDR; i) desenvolver novos produtos; j) desenvolver fomento na produção da agricultura familiar com a comunidade local-regional da 26^a SDR; k) inserir de tecnologias em arranjos produtivos locais APLs, mobilizando a agroindústria para a criação futura de novas associações; l) desenvolver novas tecnologias a serem empregadas na cadeia produtiva da agroindústria da 26^a SDR, voltada ao fortalecimento do agronegócio; m) mobilizar o setor privado em cooperação com o setor público para buscar oportunidades de desenvolvimento sustentável para o agronegócio; n) criar novas marcas regionalizadas.

Aderência do projeto às prioridades para o desenvolvimento regional

O projeto tem como aderência o desenvolvimento local-regional: a) aderência do projeto às prioridades para o desenvolvimento regional; b) valorização das atividades da agricultura familiar na região; c) integração da capacidade produtora e a industrialização dessa produção agroindustrial; d) melhora da qualidade de vida para os agricultores; e) aumento econômico na capacidade produtora, além de manter atualizada uma base de dados com informações estratégicas para a prestação de serviços, promovendo a agilidade na sua viabilização e execução; f) divulgar a capacidade de prestação de serviços da agronegócio da agricultura familiar e buscar novas demandas na comunidade local-regional da 26^a SDR; g) ser uma fonte geradora de empregos e renda voltados a novas oportunidades de trabalho no âmbito local-regional da 26^a SDR; h) complementar projetos e ações existentes na área de empreendedorismo; i) identificar oportunidades tecnológicas e inovadoras; j) capacitar novos empreendedores da agricultura familiar para atuarem no agronegócio com orientação a novos planos de negócios, orientação empresarial, treinamentos; k) fomentar e difundir os conceitos de produção agroindustrial na comunidade local-regional da 26^a SDR; l) propiciar parcerias com as empresas para dar sustentabilidade em forma de mecanismos de desenvolvimento junto ao mercado local-regional; m) identificar a capacidade empreendedora para a estruturação do agronegócio na região da 26^a SDR; n) realizar a prospecção e o fomento de parcerias da Universidade do Contestado com empresas, auxiliando na elaboração e na execução de projetos de pesquisas de inovação tecnológica, de desenvolvimento, na prestação de serviços e na extensão como o agronegócio.

Considerações finais

A perspectiva do desenvolvimento endógeno rural no território da 26^a SDR vem evoluindo em vários segmentos da sociedade, de forma expressiva, desde a construção da sede da agroindústria e agora com esse projeto para equipá-la, para que o funcionamento do negócio seja iniciado o mais breve possível. Muitas das decisões tomadas tiveram como referência as políticas públicas de desenvolvimento formuladas pelo Estado de Santa Catarina, as quais foram intermediadas pelas secretarias de desenvolvimento. Muitas das ações que deverão ser

efetivadas no território terão o apoio da Universidade do Contestado e dos governos dos municípios de Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Major Vieira e Três Barras, que entrarão com a contrapartida de apoio técnico e financeiro e, também, a cooperativa de produtores familiares de Canoinhas e a associação dos produtores rurais de Bela Vista do Toldo.

Esse projeto, no seu desenvolvimento e organização, tem a intenção de desenvolver o território da 26ª SDR. Os formuladores de políticas que, por muitas razões buscam o desenvolvimento de territórios, especialmente os rurais, precisam, de certa forma, ser refinados e aprofundados por novas pesquisas: tanto na área técnica quanto na forma de gestão dos negócios. Estão sendo projetados e desenvolvidos no território da 26ª SDR projetos de ações inovadoras para a região, norteadoras de ações concretas, ocorrendo essas ações, o desenvolvimento econômico da 26ª região da SDR poderá ocorrer como um marco iniciador da capacidade endógena de desenvolvimento local.

Referências

ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ARBAGE, Alexandre. Fundamentos da economia rural. Chapecó: Argos, 2006.

BORCHARDT, Ilmar. Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome. Florianópolis: SDS/CEPA-SC, 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A força da agricultura. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: Mapa/ACS, 2009.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Associativismo. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: MAPA/SDC/DENA/COOP, 2008.

COUTO FILHO. Agricultura familiar e desenvolvimento do território: um olhar da Bahia e o meio rural brasileiro. Brasília: Garamond, 2007.

MARCONI, Maria; LAKATOS, Eva. Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.

PUTMAN, R. D. Comunidades e democracia: e experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.